

Pastoral da Criança  
Organismo de Ação  
Social da Conferência  
Nacional dos Bispos  
do Brasil - CNBB

**Demonstrações financeiras em  
30 de setembro de 2017 e 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar  
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil  
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Membros da Assembleia Geral da  
Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB  
Curitiba - PR

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos ajustes descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

### Base para opinião com ressalva

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, conforme apresentado na nota explicativa 14, a Entidade registrou provisões para contingências para as quais, não foi identificada uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique a referida provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Conseqüentemente, em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante está aumentado e o patrimônio líquido reduzido em R\$ 14.162 mil (R\$ 14.162 mil em 2016) e o resultado do exercício de 2016 está reduzido em R\$ 12.850 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas



normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente**

O exame do balanço patrimonial, em 1º de outubro de 2015 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 7, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 11 de novembro de 2016 e 12 de novembro de 2015, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de setembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de outubro de 2015 e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de outubro de 2015 e sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança corporativa a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de dezembro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk  
Contador CRC PR-054366/O-0

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017, 2016 e 1 de outubro de 2015**

(Em milhares de Reais)

		<u>Reapresentado</u>					<u>Reapresentado</u>		
	Notas	2017	2016	1 de outubro de 2015		Notas	2017	2016	1 de outubro de 2015
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	36.494	33.192	15.415	Fornecedores		120	109	422
Recursos com restrição	9	25.544	12.319	23.775	Obrigações trabalhistas		1.229	376	-
Créditos a receber	10	172	192	183	Outras obrigações a pagar		830	585	544
Adiantamentos aos setores	11	3.089	3.076	2.950	Provisão para contingências	14	14.167	14.162	1.312
Estoques	12	280	589	886	Adiantamentos com convênios restritos	15	25.544	12.319	23.775
		65.579	49.368	43.209	<b>Total do passivo</b>		41.890	27.551	26.053
<b>Não circulante</b>					<b>Patrimônio líquido</b>				
Imobilizado	13	2.534	2.690	2.962	Patrimônio social	16	2.534	2.690	2.962
Outros créditos a receber		87	138	64	Reservas e fundos patrimoniais	16	23.776	21.955	17.220
		2.621	2.828	3.026	<b>Total do patrimônio líquido</b>		26.310	24.645	20.182
<b>Total do ativo</b>		<u>68.200</u>	<u>52.196</u>	<u>46.235</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>68.200</u>	<u>52.196</u>	<u>46.235</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
<b>Receitas operacionais</b>	17	<u>27.018</u>	<u>41.928</u>
<b>Gratuidades</b>	18	<u>2.521</u>	<u>2.160</u>
<b>Trabalho voluntário</b>	18	<u>163.783</u>	<u>162.242</u>
		193.322	206.330
<b>Custos e despesas operacionais com programas</b>			
Atendimento em saúde	19	<u>(25.320)</u>	<u>(23.040)</u>
<b>Gratuidades</b>	18	<u>(2.521)</u>	<u>(2.160)</u>
<b>Trabalho voluntário</b>	18	<u>(163.783)</u>	<u>(162.242)</u>
		(191.624)	(187.442)
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas	19	<u>(5.525)</u>	<u>(18.886)</u>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>(3.827)</u>	<u>2</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	20	(45)	(16)
Receitas financeiras	20	-	27
Receitas financeiras - recursos sem restrição	20	<u>5.537</u>	<u>4.449</u>
		<u>5.492</u>	<u>4.460</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>1.665</u></u>	<u><u>4.462</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	2017	2016 (Reapresentado)
Superávit do exercício	1.665	4.462
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.665</u>	<u>4.462</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Reservas e fundos patrimoniais				Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
			Fundo patrimonial	Fundo de contingências	Reserva técnica	Outras reservas		
<b>Saldos em 1 de outubro de 2015 (reapresentado)</b>		2.962	10.605	4.862	802	951	-	20.182
Superávit do exercício	16	-	-	-	-	-	4.462	4.462
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	16	-	5.084	(141)	15	(224)	(4.734)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	16	(15)	-	-	-	-	15	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	16	(257)	-	-	-	-	257	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2016 (reapresentado)</b>		2.690	15.689	4.722	817	727	-	24.645
Superávit do exercício	16	-	-	-	-	-	1.665	1.665
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	16	-	2.224	(3.261)	129	2.729	(1.821)	-
Apropriação por movimentação do imobilizado	16	107	-	-	-	-	(107)	-
Apropriação pela depreciação do imobilizado	16	(263)	-	-	-	-	263	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2017</b>		2.534	17.913	1.461	946	3.456	-	26.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<b>2017</b>	<b>2016</b> <b>(Reapresentado)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	1.665	4.462
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	263	242
Constituição de provisão para contingências, líquida	84	12.850
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	47
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Créditos a receber	20	(9)
Recursos vinculados à projetos	(13.225)	11.456
Adiantamentos aos setores	(13)	(126)
Estoques	309	297
Outros créditos	51	(74)
Fornecedores	11	(313)
Obrigações trabalhistas e tributárias	853	376
Outras obrigações a pagar	245	41
Depósitos judiciais	(79)	-
Adiantamentos com convênios restritos	13.225	(11.456)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>3.409</u>	<u>17.793</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(107)	(16)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(107)</u>	<u>(16)</u>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>3.302</u>	<u>17.777</u>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	33.192	15.415
No fim do exercício	<u>36.494</u>	<u>33.192</u>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>3.302</u>	<u>17.777</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Pastoral da Criança (“Entidade”) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Jacarezinho 1691, Bairro Mercês, em Curitiba Estado do Paraná, de natureza filantrópica, com duração ilimitada.

A Entidade tem como objetivos o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam as suas finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- Formação humana e cristã das famílias, líderes comunitários e agentes voluntários;
- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e redução da violação familiar e comunitária;
- Geração de renda para autossustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;
- Pesquisa nas áreas de referência programática.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Entidade e suas atividades advêm de doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas e também de convênios celebrados com a administração pública, cujo principal parceiro é o Ministério da Saúde.

### **Continuidade operacional**

A Entidade possui recursos financeiros na ordem de R\$ 62.038, sendo R\$ 25.544 em saldo de convênios restritos, substancialmente referente ao Ministério da Saúde, R\$ 20.320 em saldos de fundos evidenciados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, R\$ 14.162 em provisão para contingências e R\$ 3.596 em demais recursos. Ademais a Entidade não possui empréstimos e nem tampouco passivos trabalhistas significativos. Com base nestas informações a Administração entende não haver qualquer risco relacionado a continuidade operacional de suas atividades para o próximo exercício.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e para entidades sem finalidade de lucro.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Coordenadores da Pastoral da Criança em 14 de dezembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de setembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 14** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Notas explicativas 13** - vida útil dos ativos imobilizados.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram reclassificados ou reapresentados, como resultado de retificações consideradas necessárias para melhor adequação às normas contábeis (veja nota explicativa 7).

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas notas correspondentes:

**a. Receita operacional**

As receitas com doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta "Adiantamentos de convênios restritos", sendo a receita de doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos (Adiantamentos de convênios restritos).

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da "Entidade" compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Multas, despesas bancárias, IOF e IR sobre aplicações financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**c. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Entidade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de

arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	<b>2017</b>
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

- Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Instrumentos financeiros**

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Entidade.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**f. Patrimônio social**

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

**g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

**i. Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido o período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

**j. Isenções tributárias**

A Entidade, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

**k. Trabalhos voluntários e gratuidades**

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.



As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

## 7 Reapresentação de saldos

Durante o exercício de 2017 a Administração revisitou suas políticas contábeis de reconhecimento de custos adotadas até então e observou que a forma com que determinados custos vinham sendo registrados estava em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Diante de tal constatação, a Administração resolveu ajustar suas práticas contábeis de maneira a contabilizar tais custos mediante a efetiva apresentação das prestações de contas por parte dos setores.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, para permitir a comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016, a Administração refez as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2016 de maneira a refletir o ajuste retrospectivo de tais inconsistências contábeis, assim como o republicou tais informações ajustadas neste conjunto de demonstrações financeiras.

A tabela a seguir resume os impactos dos ajustes mencionados acima:

### (i) Balanço patrimonial consolidado

1º de outubro de 2015	Impactos da retificação		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	14.643	772	15.415
Adiantamentos aos setores	-	2.950	2.950
Outros	27.870	-	27.870
<b>Total de ativos</b>	<b>42.513</b>	<b>3.722</b>	<b>46.235</b>
Outras contas a pagar	1.907	(1.363)	544
Outros	25.509	-	25.509
<b>Total de passivos</b>	<b>27.416</b>	<b>(1.363)</b>	<b>26.053</b>
Patrimônio social	2.962	-	2.962
Reservas e fundos patrimoniais	12.135	5.085	17.220
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>15.097</b>	<b>5.085</b>	<b>20.182</b>
<b>30 de setembro de 2016</b>			
<i>Em milhares de Reais</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	32.131	1.061	33.192
Adiantamentos aos setores	-	3.076	3.076
Outros	15.928	-	15.928
<b>Total de ativos</b>	<b>48.059</b>	<b>4.138</b>	<b>52.197</b>
Outras contas a pagar	1.663	(1.078)	585
Adiantamentos com convênios restritos	12.762	(443)	12.319
Outros	14.647	-	14.647
<b>Total de passivos</b>	<b>29.072</b>	<b>(1.521)</b>	<b>27.551</b>
Patrimônio social	2.690	-	2.690
Reservas e fundos patrimoniais	16.297	5.658	21.955
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>18.987</b>	<b>5.658</b>	<b>24.645</b>

**(ii) Demonstrações consolidadas do resultado e resultado abrangente**

Exercício findo em 30 de setembro de 2016	Impactos da retificação		
<i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas operacionais	41.485	443	41.928
Custos - Atendimentos em saúde	(23.169)	129	(23.040)
Outros	(14.426)	-	(14.426)
<b>Lucro líquido</b>	<b>3.890</b>	<b>572</b>	<b>4.462</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>3.890</b>	<b>572</b>	<b>4.462</b>

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	01/10/2015 (Reapresentado)
Aplicações financeiras - recursos sem restrição	35.452	31.987	14.507
Bancos - recursos sem restrição	1.042	1.205	908
	<b>36.494</b>	<b>33.192</b>	<b>15.415</b>

**9 Recursos com restrição**

	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	01/10/2015 (Reapresentado)
Aplicações financeiras - recursos com restrição (*)	25.544	12.319	23.775
	<b>25.544</b>	<b>12.319</b>	<b>23.775</b>

(\*) Os convênios celebrados estabelecem que, enquanto os recursos não são aplicados nas ações às quais se destinam, os repasses recebidos devem ser mantidos em aplicações financeiras de liquidez imediata, para preservar seu poder de aquisição. A contrapartida destes recursos está registrada na rubrica “Adiantamentos com convênios restritos” (vide nota explicativa 15).

**10 Créditos a receber**

	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	01/10/2015 (Reapresentado)
Companhias de energia elétrica	172	157	183
Outros convênios a receber	-	35	-
	<b>172</b>	<b>192</b>	<b>183</b>

**11 Adiantamentos aos setores**

Refere-se a recursos disponibilizados para as coordenações de setores e estados os quais são mantidos sob a forma de adiantamento até que as referidas prestações de contas sejam disponibilizadas e validadas pela administração central, quando, então, tais valores são baixados e contabilizados como custo no resultado.

## 12 Estoques

	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	01/10/2015 (Reapresentado)
Bens destinados à venda	5	5	274
Materiais educativos	275	584	612
	<u>280</u>	<u>589</u>	<u>886</u>

Avaliados ao custo das últimas aquisições da quantidade dos itens armazenados no estoque (Material educativo), que é determinada pela movimentação registrada no sistema de estoque e aferidas por levantamento físico (inventário) realizado quando do encerramento das demonstrações contábeis.

Os bens e mercadorias recebidos em doação são contabilizados pelo valor total da nota fiscal emitida pelo doador.

## 13 Imobilizado

	30/09/2017			30/09/2016 (Reapresentado)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.861	(663)	2.198	2.339
Máquinas e equipamentos	2.244	(2.175)	69	64
Móveis e utensílios	303	(156)	147	167
Veículos	375	(265)	110	335
Terrenos	10	-	10	(215)
	<u>5.793</u>	<u>(3.259)</u>	<u>2.534</u>	<u>2.690</u>

### Movimentação do custo no exercício

	2016		2017			
	Saldo inicial		Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.861	-	-	-	-	2.861
Máquinas e equipamentos	2.184	60	-	-	-	2.244
Móveis e utensílios	296	7	-	-	-	303
Veículos	335	40	-	-	-	375
Terrenos	10	-	-	-	-	10
	<u>5.686</u>	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.793</u>

Movimentação da depreciação no exercício	2016	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada
( - ) Benfeitorias em propriedade de terceiros	(522)	(141)	-	-	(663)
( - ) Máquinas e equipamentos	(2.120)	(55)	-	-	(2.175)
( - ) Móveis e utensílios	(129)	(27)	-	-	(156)
( - ) Veículos	(225)	(40)	-	-	(265)
	<u>(2.996)</u>	<u>(263)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.259)</u>

Movimentação do custo no exercício	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.861	-	-	-	2.861
Máquinas e equipamentos	2.176	8	-	-	2.184
Móveis e utensílios	288	8	-	-	296
Veículos	382	-	(47)	-	335
Terrenos	10	-	-	-	10
	<u>5.717</u>	<u>16</u>	<u>(47)</u>	<u>-</u>	<u>5.686</u>

Movimentação da depreciação no exercício	2015	2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada
( - ) Benfeitorias em propriedade de terceiros	(380)	(142)	-	-	(522)
( - ) Máquinas e equipamentos	(2.065)	(55)	-	-	(2.120)
( - ) Móveis e utensílios	(112)	(17)	-	-	(129)
( - ) Veículos	(197)	(28)	-	-	(225)
	<u>(2.754)</u>	<u>(242)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.996)</u>

## 14 Provisão para contingências

A Empresa possui ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)	01/10/2015 (Reapresentado)
Contingências tributárias	84	-	-
Depósitos judiciais	(79)	-	-
Provisão para contingências (a)	<u>14.162</u>	<u>14.162</u>	<u>1.312</u>
	<u>14.167</u>	<u>14.162</u>	<u>1.312</u>

A seguir, estão apresentadas as movimentações ocorridas nos períodos:

Saldo inicial 01.10.2015		1.312
Constituição	(a)	12.850
Depósitos judiciais		-
Utilização / Reversão		-
Saldo em 30.09.2016		14.162
Constituição		84
Depósitos judiciais		(79)
Utilização / Reversão		-
Saldo em 30.09.2017		14.167

- (a) Apesar de não existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique uma provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a administração aprovou a manutenção do registro da Provisão para Contingência registrada em anos anteriores, visando assegurar a estabilidade financeira da Pastoral da Criança e considerando as seguintes premissas e eventos ocorridos:
- (i) Os valores previstos na referida Reserva de Contingência foram estimados tendo como base o custos para funcionamento da entidade por 6 meses, os quais foram devidamente aprovados pela Assembleia Geral no ano de 2016.
- (ii) **Primeira Provisão de Contingência** - Frente a publicação do Decreto Presidencial nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que alterava significativamente as normas relativas a convênios, a administração, de modo a preservar as diversas ações realizadas, constituiu a sua primeira provisão para contingências, no valor de R\$ 6.500, com o objetivo de manter suas atividades no caso de haver necessidade de adaptação às novas normas a vigorar. Estas reservas foram totalmente utilizadas nos anos de 2009 (R\$ 4.280), 2010 (R\$1.272) e 2011 (R\$948).
- (iii) **Atraso na liberação das parcelas do convênio** - A Pastoral da Criança celebra convênios com o Ministério da Saúde desde 1987 e, dado a história destes anos de parceria, há frequentemente um descompasso entre a data prevista e a efetiva liberação das parcelas. Nos quadros abaixo, exemplificamos isso:

Convênio nº 749.113/2010

Data Prevista	Data da liberação	Meses de atraso	Valor da Parcela (R\$)
out/10	fev/11	4 meses	5.630
nov/10	mai/11	6 meses	5.650
dez/10	ago/11	8 meses	5.650
fev/11	nov/11	9 meses	5.650
abr/11	mar/12	11 meses	5.650
mai/11	mai/12	12 meses	5.650
			33.883

Convênio nº 769.467/2012

Data Prevista	Data da liberação	Meses de atraso	Valor da Parcela (R\$)
jun/12	jul/12	1 mês	16.942
dez/12	abr/13	4 meses	16.942
jun/13	jan/14	7 meses	16.942
dez/13	jul/14	7 meses	16.942
			67.768

Em relação ao atual convênio de nº 817.116/2015, com vigência a partir de julho de 2015, as duas últimas parcelas, previstas para dezembro/16 e janeiro/17, foram recebidas rigorosamente dentro do previsto.

- (iv) **Incertezas e hiatos entre celebração de convênios** - A Pastoral da Criança tem experimentado nos últimos anos uma grande variável de incertezas quando da renovação dos convênios, seja pela mudança frequente de normas que regem a matéria, gerando entraves burocráticos no órgão concedente, seja pela própria disponibilidade orçamentária do Governo Federal.

O processo de renovação do convênio para o período 2015/2017 iniciou no dia 01/12/2014 e somente em 24/07/2015, após todos os trâmites processuais, foi assinado o referido convênio. Ocorre que o recurso do convênio anterior, destinado ao repasse às bases, já havia encerrado em meados fevereiro de 2015, o que obrigou a administração da entidade a reduzir seus custos e baixar novamente R\$ 4.403 da Reserva de Contingência, constituída nos anos de 2012 e 2013, com o objetivo de manter minimamente suas atividades no período de abril a julho de 2015.

Assim, mesmo com a redução de custos nos meses de abril a julho 2015, houve um gasto médio mensal de R\$ 1.101, recursos estes não reembolsados pelo Ministério da Saúde por estarem fora de vigência do convênio.

A renovação do convênio para o próximo ano também sofrerá com incertezas legais, dada a mudança introduzida pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mudou todo o arcabouço legal de transferências de recursos para entidades como a Pastoral da Criança e ainda, em razão da promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que limita os gastos do governo federal.

## **15 Adiantamentos com convênios restritos**

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, vinculadas à prestação de contas ao Ministério da Saúde. Os valores estão registrados como adiantamentos no passivo, por estarem sujeitos à devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido. A contrapartida desse valor está registrada na rubrica “Recursos com restrição” (vide nota explicativa 9).

## **16 Patrimônio líquido**

### **a. Patrimônio social**

O Patrimônio Social é constituído por valores e ativos próprios relativos às doações, em conformidade com a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 1.409/12. Conforme estabelece o estatuto, o Patrimônio Social está constituído por valores oriundos de:

- Doações e legados;
- Renda de seus bens;
- Subvenções e auxílios que lhe sejam destinados;
- Contribuição de colaboradores e benfeitores;
- Convênios e acordos assinados com entidades nacionais ou internacionais e outros que lhe advenham por qualquer título legítimo.

### **b. Fundo patrimonial**

Foi constituído em 2005 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Entidade para a perpétua realização da sua finalidade. A coordenação nacional, com o de acordo do conselho econômico, poderão propor ações específicas para acelerar a constituição desse fundo.

O saldo do fundo patrimonial em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$ 14.376 (R\$ 12.371 em 2016), montante este formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

**c. Fundo de contingências**

O valor máximo desse fundo será equivalente a dois meses de funcionamento da Entidade. Os recursos, que serão utilizados para compor este fundo, serão provenientes das parcerias institucionais, podendo ser integralmente utilizados para constituição do próprio fundo, segundo recomendações da Coordenação Nacional e Conselho Econômico. Além disso, 2,5% do superávit do exercício, também poderá ser adicionado para esta finalidade. O saldo do fundo de contingências em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$ 4.998 (R\$ 4.722 em 2016).

**d. Reserva técnica**

O valor desse fundo não poderá ultrapassar 2% do orçamento anual. O saldo da Reserva técnica em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$ 946 (R\$ 817 em 2016)

**e. Outras reservas**

Esta reserva é constituída: (i) saldo em estoque de material educativo; (ii) importâncias em poder de coordenadores de estados quando do encerramento de mandatos; e (iii) doações diversas recebidas. O saldo de outras reservas em 30 de setembro de 2017 totaliza R\$ 3.456 (R\$ 727 em 2016).

**f. Superávit (déficit) acumulado**

O superávit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários da Entidade. O déficit é absorvido pelo patrimônio social.

**17 Receita operacionais**

	<b>2017</b>	<b>2016</b> <b>(Reapresentado)</b>
Com restrição		
Convênio Ministério da Saúde	(a) 21.225	21.681
Parcerias públicas	-	576
	<hr/> 21.225	<hr/> 22.257
Sem restrição		
Convênio companhias de energia elétrica	(b) 2.257	2.136
Associação Evangelizar	286	260
Doações diversas	1.460	8.895
Fundação Vale	540	853
HSBC - Cartão Solidariedade e doações	(c) 38	6.119
Movimento Pró Criança - Estado PE	953	304
Unilever Brasil	45	300
Instituto Bradesco	264	-
Ganhos na venda de bens	(d) -	1.200
Receitas provenientes de doações	8	39
	<hr/> 5.851	<hr/> 20.106
( - ) Deduções		
Custos dos bens vendidos	-	(72)
Dedução por doação registrada em anos anteriores	-	(269)
Outras deduções	(58)	(94)
	<hr/> (58)	<hr/> (435)
<b>Receitas operacionais</b>	<hr/> <b>27.018</b>	<hr/> <b>41.928</b>

- (a) Em 24 de julho de 2015, foi assinado com o Ministério da Saúde o convênio nº 817.116/2015, para um período de 2 (dois) anos e no valor total de R\$ 67.822. O cronograma de desembolso deste convênio estabelece seu pagamento em 4 (quatro) parcelas no valor de R\$ 16.955. Todas as parcelas do referido convênio foram pagas e sua vigência foi prorrogada para 15/02/2018.
- (b) O projeto de arrecadação de doações via contas de energia elétrica foi desenvolvido com o objetivo de conseguir arrecadar recursos financeiros que ajudem a suprir as necessidades básicas das comunidades e ramos da Pastoral da Criança, buscando assim sua autossustentabilidade.

A metodologia desenvolvida consiste em respeitar o trabalho de cada ramo e de cada comunidade da Pastoral da Criança, proporcionando uma oportunidade de arrecadação de recursos proporcionais ao trabalho que é desenvolvido em cada um deles, pois dos recursos arrecadados, 80% retorna para a própria comunidade que conseguiu a doação.

Atualmente há contrato com as seguintes companhias:

- COPEL/PR, COELBA/BA, ESCELSA/ES, CEMAT/MT, CELG/GO, CELESC/SC, CEAL/AL, CELPA/PA, CELTINS/TO, AMPLA/RJ, COELCE/CE, BANDEIRANTES/SP, REDE ENERGISA - Municípios dos estados de SP, PR e MG (Cauaiá, Nacional, Bragantina, Vale Parapanema e Força e Luz)
- (c) Desde 2002 a Entidade contava com apoio institucional do Banco HSBC. Com a venda do Banco HSBC para o Banco Bradesco no mês de julho de 2016 esse apoio foi cancelado. A última doação recebida do Banco HSBC foi em 05 de outubro de 2016, no valor de R\$ 38 e consta no exercício findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 6.119 em 2016)
- (d) No exercício de 2016, foi vendido o imóvel recebido em doação no exercício findo em 30 de setembro de 2014. O valor da doação recebida na época foi registrado pelo valor da escritura do bem (R\$ 269) em contrapartida à conta de resultado de doações de bens para venda sem restrição. O valor da venda deste imóvel foi de R\$ 1.200.

## 18 Trabalho voluntário e gratuidades

### a. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Entidade. Os Conselheiros que prestam serviços à Entidade não recebem remuneração pela função que exercem, haja vista que atuam como voluntários.

### b. Voluntariado

Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem. O trabalho é desenvolvido nas comunidades, e realizado por líderes e pessoas voluntárias, sendo 89.156 líderes, 6.812 equipes de coordenação e 74.870 equipes de apoio comunitárias.

A Entidade mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus líderes, equipes de apoio e de coordenação, conforme estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
<b>Fontes econômicas</b>			
<b>Recursos não monetários</b>			
<b>Trabalho voluntário</b>			
Líderes comunitários	(a)	121.208	121.223
Coordenações de Ramo, Setor, Núcleo e Estado	(b)	25.611	24.335
Equipes de apoio na comunidade	(c)	16.964	16.684
		<b>163.783</b>	<b>162.242</b>



*Pastoral da Criança Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB  
Demonstrações financeiras em  
30 de setembro de 2017 e 2016*

	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
<b>Gratuidades</b>			
Doação com locação da sede nacional	(d)	2.521	2.160
		<b>2.521</b>	<b>2.160</b>
<b>Total de recursos não monetários</b>		<b>166.304</b>	<b>164.402</b>
<b>Recursos monetários</b>			
<b>Convênios com o setor público</b>			
Ministério da Saúde	16	21.225	21.681
Parcerias Estados / Municípios	16	-	576
		<b>21.225</b>	<b>22.257</b>
<b>Setor privado</b>			
Convênio companhias de energia elétrica	16	2.257	2.136
Associação Evangelizar	16	286	260
Doações diversas	16	1.460	8.895
Fundação Vale	16	540	853
HSBC - Cartão Solidariedade e doações	16	38	6.119
Movimento Pró Criança - Estado PE	16	953	304
Unilever Brasil	16	45	300
Instituto Bradesco	16	264	-
Ganhos na venda de bens	16	-	1.200
Receitas provenientes de doações	16	8	39
		<b>5.851</b>	<b>20.106</b>
<b>Outras receitas</b>			
Resultado financeiro	19	5.492	4.460
		<b>32.568</b>	<b>46.823</b>
<b>Total de fontes de recursos da Pastoral da Criança</b>		<b>198.872</b>	<b>211.225</b>

Os valores referentes aos recursos monetários estão sendo calculados considerando a estimativa de horas mensais doadas por categoria de voluntário, multiplicadas pelo salário mínimo vigente, R\$ 0,937. A referida estimativa, foi preparada com base em relatório diagnóstico participativo (não auditado), preparado por consultores terceirizados, com recursos do BNDES.

- (a) **Líderes** - 89.156 líderes x R\$ 1,35950 (R\$ 0,937 x 13,3h/220h x 24h estimadas) = R\$ 121.208.
- (b) **Coordenações:**
- Coordenador de ramo: 6.535 x R\$ 3,62534 ano → (\* R\$ 0,937x 13,3h / 220h x 64h estimadas = R\$ 23.692
  - Coordenador de setor: 269 x R\$ 6,79750 ano → (\* R\$ 0,937 x 13,3h / 220h x 120h estimadas = R\$ 1.829
  - Coordenador de estado: 8 x R\$ 11.329,18 ano → (\* R\$ 0,937 x 13,3h / 220h x 200h estimadas = R\$ 90
- (c) **Equipe de apoio** - 74.870 x R\$ 0,22658 ano → (\* R\$ 0,937 x 13,3h/220h x 4h estimadas) = R\$ 16.964.
- (d) **Sede nacional** - Corresponde ao valor anual aproximado do uso do imóvel cedido à Pastoral da Criança, em regime de comodato, conforme estabelecido em Lei estadual nº 17.891 de 26/12/2013 e nº 12.205 de 08/07/1998. Os imóveis, conforme previsto em lei, serão utilizados exclusivamente para atender aos objetivos institucionais da Pastoral da Criança, para o Museu da Vida e o Memorial Zilda Arns. Não foi possível estimar o valor de locais cedidos para as atividades da Pastoral da Criança em 3.541 municípios, pela Igreja e outras entidades.

## 19 Custos e despesas operacionais com programas

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Atendimento em saúde		
Custos com atendimentos em saúde - com restrição	(21.225)	(22.257)
Custos com atendimentos em saúde - sem restrição	(4.095)	(783)
Despesas operacionais		
Administrativas		
Despesas com depreciação e amortização	(263)	(257)
Despesas com pessoal	(3.607)	(944)
Despesas com serviços de terceiros	(733)	(3.796)
Outras despesas gerais e administrativas	(331)	(414)
Provisão para contingências	(84)	(12.850)
Perdas no recebimento de créditos dos setores	(43)	(21)
Projetos diversos com entidades parceiras	(464)	(604)
	(5.525)	(18.886)
Custos e despesas operacionais com programas	(30.845)	(41.926)

- (a) Desde abril de 2016 os funcionários dedicados à missão da Entidade em todo o Brasil, que antes eram contratados pela ANAPAC - Associação dos Amigos da Pastoral da Criança, passaram a ser contratados pela própria Pastoral da Criança. Tal mudança foi possível devido a consulta feita ao Ministério da Saúde, que autorizou o gerenciamento de toda equipe diretamente pela Pastoral da Criança, sem prejuízo à execução dos convênios.

A transferência destes funcionários da ANAPAC para a Entidade teve reflexo direto na forma de contabilização de despesas com pessoal.

## 20 Resultado financeiro

O resultado financeiro é substancialmente composto por rendimentos sobre aplicações financeiras provenientes de recursos financeiros com restrição. O saldo apresentado em 2017 é de R\$ 5.537 (R\$ 4.449 em 2016).

## 21 Aplicação de recursos em gratuidades

Em atendimento ao inciso III, parágrafo 1º do art. 19 do DECRETO Nº 8.242, 23/05/2014 a entidade elabora a Demonstração de Aplicação dos Recursos em Gratuidade. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área de Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1579, de 6 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da união de 09 de outubro de 2017. A concessão tem validade pelo período de 3 de maio de 2016 a 2 de maio de 2019. Veja o demonstrativo a seguir:

	Nota	30/09/2017	30/09/2016 (Reapresentado)
Receita operacional	16	27.018	41.928
Resultado financeiro	19	5.492	4.460
Receita disponível no exercício		32.510	46.038

**Pastoral da Criança Organismo de Ação Social da  
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**  
Demonstrações financeiras em  
30 de setembro de 2017 e 2016

Percentual mínimo para aplicação em gratuidade (20% da receita)		<u>6.502</u>	<u>9.278</u>
<b><i>Custo das aplicações em gratuidade</i></b>			
Custo aplicado em saúde	18	25.320	23.040
Outros custos - Administração	(a)	<u>5.441</u>	<u>6.036</u>
 Total das gratuidades oferecidas		<u>30.761</u>	<u>29.076</u>
 Percentual das aplicações das receitas em gratuidade no exercício		95%	63%
 Total de isenções de contribuições do INSS, Patronal, Terceiros e SAT	(b)	<u>1.530</u>	<u>649</u>

- (a) Valor corresponde ao valor total registrado da rubrica de despesas operacionais administrativas, deduzindo-se o valor da rubrica de provisão para contingências, vide nota explicativa 19.
- (b) Em razão de sua finalidade social, assistencial, filantrópica e sem fins lucrativos, a entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos calculados sobre o superávit do exercício, e nem distribui qualquer parcela de seu resultado a associados, parceiros, dirigentes, conselheiros ou mantenedores. A imunidade que consta da demonstração das aplicações dos recursos em gratuidade no valor de R\$ 1.530 (R\$ 649 em 2016) refere-se às contribuições sociais referentes a folha de pagamento do período de outubro/16 a setembro/17.